

Estratégia do PFL

Gerson Menezes

"Se quiserem, eu chamo também o Romeu Tuma". A referência ao nome do diretor-geral da Polícia Federal partiu do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), respondendo à brincadeira de um repórter que, ao ver o ministro da Justiça, Paulo Brossard, sair do gabinete do deputado, observou que a liderança do PFL estava "bem assessorada". O dia era especial para "visitas de cortesia" como a de Brossard: PFL e PMDB se enfrentavam em busca de fazer prevalecer, cada um, seu ponto de vista em torno do Regimento Interno da Constituinte.

Poucos minutos antes, o mesmo José Lourenço recebia um telefonema do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, a quem apresentou um prognóstico: "Parece que temos número suficiente". Era evidente, enquanto isso, o esforço do líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), em desmentir as versões de que as emendas e iniciativas do PFL para tentar mudar o projeto de regimento do PMDB tinham a "inspiração" do Palácio do Planalto, mas a intimidade entre o partido e o centro do poder era indisfarçável: acrescentavam-se a todos os "indícios" a presença constante, na sala da liderança, do assessor Henrique Hargreaves, do Palácio do Planalto.

A euforia em torno de uma alimentada esperança de vitória também era indisfarçável: por volta das 17h30, Lourenço entrou em seu gabinete anunciando em tom eufórico que estavam "reiniciadas as negociações" em torno do parágrafo 7º do artigo 57, o principal alvo dos ataques do PFL, por entender que ele possibilita "riscos" ao realçar a soberania da Constituinte, dando-lhe poderes para alterar a atual Constituição. Por volta das 18 horas, o PFL contabilizava suas forças, concluindo que, mesmo com a adesão do PDS, do PTB, do PL e de "boa parte do PMDB" poderia não reunir número suficiente para rejeitar o polêmico parágrafo do Regimento. Foi acionada então a estratégia que já estava no bolso do paletó: a tentativa de obstrução da votação, através de questão de ordem preparada pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) e que acabou sendo apresentada, também como parte da estratégia, pelo líder do PTB, Gastone Righi. O objetivo dos liberais era forçar o adiamento da votação para depois do carnaval, garantindo maior tempo para aglutinar forças. A bancada toda do PFL se retirou, no entanto, após a negativa do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em atender à questão de ordem e ainda em atender ao requerimento de Righi no sentido de que a questão fosse decidida pelo plenário.

Retirada

O episódio chegou a provocar cenas inusitadas: após a negativa do recurso, quem foi ao microfone pedir a retirada de sua bancada foi o líder do PFL, que acabou assistindo à ampliação de sua liderança: começaram a retirar-se também as bancadas do PDS, do PTB e do PL. Recuperados do impulso do primeiro momento, os parlamentares desses partidos se deram conta de que não era liderados por Lourenço e voltaram ao plenário, mesmo que para votar contra o PMDB.